



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Gabinete da Presidência**

## **DECRETO JUDICIÁRIO Nº 2087/2022.**

Dispõe sobre a criação de Projeto Piloto  
**COMARCA DIGITAL INTEGRADA** - Jurisdição  
Compartilhada em Comarcas.

**O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no PROAD nº 202112000310819;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementação de estratégias que otimizem a força de trabalho, com o objetivo de aprimorar e acelerar a entrega da prestação jurisdicional;

**CONSIDERANDO** que a especialização em matéria específica e determinada contribui para uma melhor especialização da equipe e do magistrado;

**CONSIDERANDO** que todos os processos judiciais devem tramitar em formato digital, não havendo mais a tramitação de processos físicos no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

**CONSIDERANDO** que as audiências devem realizar-se, de forma preferencial, em formato virtual, especialmente nas unidades desprovidas de magistrado titular;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementação de medidas que busquem otimizar a respondência nas Comarcas desprovidas de magistrado titular,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o **Projeto Comarca Digital Integrada – Jurisdição Compartilhada em Comarcas**, com o objetivo de levar especialização às unidades judiciárias com competência múltipla e aprimorar a prestação jurisdicional no interior do Estado de Goiás.

**Art. 2º** As seguintes unidades judiciárias integrarão o projeto, em sua fase inicial:

- a) Vara Judicial de Alto Paraíso;
- b) Vara Judicial de Alvorada do Norte;
- c) 1ª Vara Judicial da Comarca de Aragarças;
- d) 2ª Vara Judicial da Comarca de Aragarças;
- e) Vara Judicial de Cavalcante;
- f) 1ª Vara Judicial da Comarca de Campos Belos;
- g) 2ª Vara Judicial da Comarca de Campos Belos;
- h) Vara Judicial de Cocalzinho;
- i) Vara Judicial de Estrela do Norte;
- j) Vara Judicial de Formoso;
- k) Vara Judicial de Iaciara;
- l) Vara Judicial de Mara Rosa;
- m) Vara Judicial de Piranhas;
- n) Vara Judicial de São Domingos.

**§ 1º** Poderá ocorrer a inclusão de outras unidades judiciárias após estudo dos dados estatísticos e análise da Presidência do Tribunal de Justiça.

**§ 2º** Ocorrendo o provimento da unidade judiciária integrante do projeto-piloto, poderá o magistrado titular manifestar interesse no desligamento, mediante solicitação fundamentada dirigida ao Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 3º** As designações de respondências para as mencionadas unidades judiciárias continuarão surtindo todos os efeitos jurídicos e legais para fins de atividades administrativas vinculadas à de Diretoria do Foro e jurisdição eleitoral.

**Art. 4º** Os magistrados respondentes ou titulares prestarão auxílios recíprocos, com a divisão por matéria, da forma mais equânime possível, como forma de se permitir a especialização do auxílio, na forma do anexo único deste Decreto.

**Parágrafo único.** A pauta de audiências poderá sofrer alterações de acordo com a condução no novo responsável pelo processo.

**Art. 5º** A assessoria vinculada à unidade judiciária de respondência será responsável por minutar e analisar os processos judiciais vinculados ao magistrado respondente.

**Art. 6º** Será possível a indicação de magistrado não respondente para trabalhar em auxílio em determinada área de atuação ou Comarca específica, com a finalidade de se assegurar uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

**Art. 7º** Os serviços de serventia continuarão a ser realizados pelos servidores das unidades judiciárias e o controle ficará a cargo do Diretor do Foro, devendo-se valer do auxílio dos serviços de apoio existentes no Tribunal de Justiça.

**Art. 8º** Nos casos de afastamento de magistrados, seja por motivo de férias, compensações, por motivo de saúde ou outro qualquer, a substituição ocorrerá, preferencialmente, entre os magistrados designados para a mesma área de atuação ou integrante do Projeto Piloto, mediante Decreto Judiciário de Auxílio.

**Parágrafo único.** Não havendo a indicação mencionada no *caput*, responderá nos afastamentos o magistrado respondente pela unidade judiciária e, na sequência, seguindo a tabela de substituição automática e eventual disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

**Art. 9º** Comuniquem-se aos juízes respondentes pelas unidades judiciárias mencionadas, à Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ao Ministério Público do Estado de Goiás, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás.

**Art. 10.** Este Decreto entrará em vigor no dia **29 de agosto de 2022.**

Goiânia, *datado e assinado digitalmente.*

**Desembargador CARLOS ALBERTO FRANÇA**  
Presidente

//AssAdM 19

## ANEXO ÚNICO.

<b>Unidades Judiciárias</b>	<b>Área de Atuação do Magistrado Respondente</b>	<b>Serventias Judiciais de atuação</b>
Vara Judicial de Alto Paraíso de Goiás	Criminal	1. Vara Criminal e SEEU de Alto Paraíso; 2. Vara Criminal e SEEU de Cavalcante; 3. Vara Criminal de SEEU de Estrela do Norte.
Vara Judicial de Alvorada do Norte	Cível	1. Vara Cível de Alvorada do Norte; 2. Vara Cível de Aragarças; 3. Vara Cível de Estrela do Norte; 4. Vara Cível de Iaciara.
1ª Vara Judicial da Comarca de Aragarças	Família e Sucessões	1. Vara de Família e Sucessões de Aragarças; 2. Vara de Família e Sucessões de Piranhas; 3. Vara de Família e Sucessões de Cavalcante; 4. Vara de Família e Sucessões de Estrela do Norte; 5. Vara de Família e Sucessões de Formoso; 6. Vara de Família e Sucessões de Alvorada do Norte
2ª Vara Judicial da Comarca de Aragarças	Fazendas Públicas e Juizado das Fazendas Públicas	1. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Aragarças; 2. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Mara Rosa; 3. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Iaciara; 4. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Estrela do Norte.
Vara Judicial de Cavalcante	Fazendas Públicas e Juizado das Fazendas Públicas	1. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Cavalcante; 2. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Piranhas; 3. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Alvorada do Norte; 4. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Campos Belos.

1ª Vara Judicial da Comarca de Campos Belos	Cível	1. Vara Cível de Campos Belos; 2. Vara Cível de Piranhas; 3. 1ª e 2ª Vara Cível de Mara Rosa; 4. Vara Cível de Formoso.
2ª Vara Judicial da Comarca de Campos Belos	Criminal	1. Vara Criminal e SEEU de Campos Belos; 2. Vara Criminal e SEEU de São Domingos; 3. Vara Criminal de SEEU de Iaciara
Vara Judicial de Cocalzinho	Fazendas Públicas e Juizados das Fazendas Públicas	1. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Cocalzinho; 2. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Formoso; 3. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de Alto Paraíso; 4. Vara e Juizado das Fazendas Públicas de São Domingos
Vara Judicial de Estrela do Norte	Juizado Especial Criminal	Juizado Especial Criminal de todas as Comarcas desta tabela.
Vara Judicial de Formoso	Juizado Especial Cível	Juizado Especial Cível de todas as Comarcas desta tabela.
Vara Judicial de Iaciara	Família e Sucessões	1. Vara de Família e Sucessões de Iaciara; 2. Vara de Família e Sucessões de Alto Paraíso; 3. Vara de Família e Sucessões de São Domingos; 4. Vara de Família e Sucessões de Mara Rosa; 5. Vara de Família e Sucessões de Campos Belos; 6. Vara de Família e Sucessões de Cocalzinho de Goiás.
Vara Judicial de Mara Rosa	Criminal	1. Vara Criminal e SEEU de Mara Rosa; 2. Vara Criminal e SEEU de Cocalzinho; 3. Vara Criminal de SEEU de Alvorada do Norte.
Vara Judicial de Piranhas	Criminal	1. Vara Criminal e SEEU de Piranhas; 2. Vara Criminal e SEEU de Aragarças; 3. Vara Criminal de SEEU de Formoso.
Vara Judicial de São Domingos	Cível	1. Vara Cível de São Domingos; 2. Vara Cível de Alto Paraíso; 3. Vara Cível de Cocalzinho; 4. Vara Cível de Cavalcante
Coordenadoria da Infância e Juventude	Infância e Juventude	Serventias serão ocupadas por magistrados em auxílio, com indicação da infância e juventude.



## ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 566882596626 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202112000310819

**CARLOS ALBERTO FRANÇA**

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 17/08/2022 às 12:37

